



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO PARA

JUIZ DO TJGO

1º Simulado Especial

1º Simulado Juiz do TJGO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJGO;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-GO-25-10-20>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Gustavo e Andressa são casados há trinta anos, mas estão há separados de fatos por dezoito anos, sequer sendo reconhecidos como um casal pelas pessoas que os conhecem. Há dezoito anos, Gustavo disse a Andressa “nosso relacionamento acabou”. Apesar de não divorciados, o casal está separado de fato, passando Andressa a morar sozinha na casa desde então.

Apesar de nunca terem concretizado o divórcio por meio de ato judicial ou extrajudicial, pode-se afirmar, com base no entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que:

- a) o divórcio apenas poderá ocorrer por decisão judicial;
- b) o divórcio apenas poderá ocorrer por ato extrajudicial;
- c) para que o divórcio ocorra, é necessária a prévia separação;
- d) não corre prescrição, em sua forma aquisitiva, entre Marcos e Paula, não contabilizando prazo para que Paula adquira o imóvel por usucapião;
- e) a separação de fato por longo período, como é o caso de Gustavo e Andressa, afasta a regra de impedimento da fluência da prescrição entre cônjuges prevista no Código Civil e viabiliza a efetivação da prescrição aquisitiva por usucapião em benefício de Andressa.

02. Assinale a alternativa correta:

- a) a emancipação legal depende de registro em cartório cível;
- b) a emancipação é passível de retratação e revogação a qualquer tempo;
- c) a emancipação voluntária não afasta a responsabilidade dos pais por eventuais danos causados pelo filho emancipado;
- d) o menor de dezesseis anos pode ser emancipado em razão do casamento;
- e) a emancipação em razão do casamento não depende de registro em cartório cível.

03. Constitui ato ilícito:

- a) a compra de um refrigerante em um supermercado realizada por uma criança de 12 anos;
- b) a reação da vítima a um assalto resultando em um dano ao veículo do assaltante;
- c) a lesão a um agressor para defender uma outra pessoa que está sendo agredida por ele;
- d) o requerimento por um Delegado dos documentos de um cidadão em uma abordagem aleatória para fins de intimidação;
- e) a publicação de matéria jornalística que, de alguma forma, ainda que noticiando fatos, macule a imagem de um político.

04. Em relação ao condomínio edilício e às obrigações relativas aos condôminos, é correto afirmar que:

- a) o imóvel gerador dos débitos condominiais pode ser objeto de penhora em cumprimento de sentença, ainda que somente o ex-companheiro tenha figurado no polo passivo da ação de conhecimento;
- b) é direito do condômino contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais;
- c) apesar das limitações legais às alterações estéticas da edificação, é permitido que o condômino altere a forma da fachada, não sendo permitido que altere a sua cor;
- d) as despesas relativas a partes comuns de uso exclusivo de um condômino devem ser incluídas no cálculo da taxa condominial, já que é custo distribuído entre todos;
- e) o prazo prescricional para cobrar taxas condominiais é de dez anos, pois não há previsão específica no Código Civil.

05. A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Quanto a isso, é correto afirmar que:

- a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- e) no caso de coação, é de dois anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar.

06. O prazo para o pedido de reembolso de despesas médico-hospitalares em contratos de plano e seguro de saúde é de:

- a) um ano;
- b) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento particular;
- c) três anos, pois trata de reparação civil;
- d) cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento público;
- e) dez anos.

07. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, subsistindo esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública. Em relação a esse instituto, é incorreto afirmar que:

- a) podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção;
- b) salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou, à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir;

c) o evicto terá, desde que previsto no contrato, direito à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir;

d) as benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante;

e) não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa

08. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

a) quando pender condição suspensiva;

b) quando não estiver vencido o prazo;

c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;

d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

e) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra;

09. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;

b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;

c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;

d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;

e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

10. Em relação às disposições testamentárias, é nula a disposição:

- a) que se refira a pessoa incerta, ainda que a identidade se possa averiguar;
- b) que não permita ao herdeiro fixar o valor do legado;
- c) que favoreça a testemunha do testamento;
- d) que favoreça a pessoa incerta, exceto quando a um terceiro for determinado que a indique;
- e) que institua herdeiro ou legatário sob a condição captatória de que este disponha, também por testamento, exceto quando em benefício do testador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

11. Sobre o processo de execução, assinale a alternativa correta:

- a) O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, exigindo-se apenas que o executado seja o mesmo e que o procedimento seja idêntico.
- b) Havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a execução será proposta no foro de domicílio do exequente.
- c) Nos casos de atos atentatórios à dignidade da justiça ocorridos na execução, o juiz fixará multa em montante não superior a dois por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente.
- d) O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva.
- e) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em autos apartados.

12. Marque a alternativa correta a respeito da gratuidade de justiça:

- a) É adequada a utilização de critérios exclusivamente objetivos para a concessão de benefício da gratuidade da justiça, devendo ser efetuada avaliação concreta da possibilidade econômica de a parte postulante arcar com os ônus processuais.
- b) A assistência judiciária gratuita limita-se aos atos de um mesmo processo, não alcançando outras ações próprias e autônomas porventura ajuizadas.
- c) O benefício da assistência judiciária gratuita, uma vez concedido, prevalece até a prolação da sentença.
- d) O advogado dativo de parte beneficiada pela gratuidade da justiça pode interpor recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência, desde que comprove o preparo e o direito à gratuidade, não lhe sendo aplicada a vedação contida no § 5º do art. 99 do CPC, expressamente dirigida ao advogado particular.
- e) A parte não possui legitimidade concorrente para recorrer da decisão que fixa os honorários sucumbenciais, a despeito de a referida verba constituir direito autônomo do advogado, não ocorrendo deserção se ela litiga sob o pálio da gratuidade da justiça.

13. De acordo com o Código de Processo Civil, é certo dizer sobre o protesto da sentença condenatória:

- a) pode ser efetivado em qualquer hipótese, independentemente do transcurso do prazo para o pagamento depois da intimação do devedor.
- b) só pode ser realizado depois de transcorridos 5 (cinco) dias da intimação do devedor.
- c) exige que a condenação seja para pagar quantia e o devedor não tenha realizado o pagamento nos (15) quinze dias subsequentes à sua intimação.
- d) A requerimento do exequente, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.
- e) nenhuma das anteriores.

14. Sobre a consignação em pagamento realizada extrajudicialmente, marque a alternativa incorreta:

- a) A obrigação a ser consignada deve ser de pagar quantia certa.
- b) O depósito deve ser feito no lugar do domicílio do credor.
- c) O depósito deve ser feito em estabelecimento bancário oficial ou, não havendo, em estabelecimento bancário particular.
- d) O credor será cientificado, por carta com aviso de recebimento, pelo que terá o prazo de 10 dias para a manifestação de recusa.
- e) Com o depósito, cessa a mora do devedor, não incidindo mais juros e correção de sua dívida.

15. Em relação à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa incorreta:

- a) A suspensão do processo por convenção das partes só poderá perdurar por, no máximo, seis meses, e o juiz determinará o prosseguimento do processo assim que se esgotar o prazo.
- b) O processo poderá ser suspenso pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;
- c) A prova testemunhal requerida por carta precatória ou rogatória suspende o processo, sempre.
- d) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.
- e) Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.

16. Em relação à ação monitória, não é correto afirmar que:

- a) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
- b) A ação monitória pode ser proposta tanto para exigir o pagamento de quantia em dinheiro, quanto para entrega de coisa ou adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer.
- c) Admite-se a citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.
- d) Pode haver o oferecimento de reconvenção à reconvenção.
- e) O correio eletrônico (e-mail) pode fundamentar a pretensão monitória, desde que o juízo se convença da verossimilhança das alegações e da idoneidade das declarações.

17. Quanto aos capítulos da sentença, julgue as afirmativas a seguir:

- I. Quanto à uniformidade do objeto de cognição, os capítulos podem ser homogêneos ou heterogêneos.
- II. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado.
- III. A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.
- IV. Admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial por um fundamento, devolve-se ao tribunal superior o conhecimento dos demais fundamentos para a solução do capítulo impugnado.

Estão corretos:

- a) I, II, III.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) III.

18. Sobre a audiência de conciliação e mediação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 01 mês da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.
- b) A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.
- c) A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.
- d) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- e) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

19. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não cabem embargos de declaração contra a decisão de presidente do tribunal que não admite recurso extraordinário. Por serem incabíveis, caso a parte oponha os embargos, estes não irão suspender ou interromper o prazo para a interposição do agravo do art. 1.042 do CPC/2015.
- b) Consideram-se prequestionados os fundamentos adotados nas razões de apelação e desprezados no julgamento do respectivo recurso, desde que, interposto recurso especial, sejam reiterados nas contrarrazões da parte vencedora.
- c) Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.
- d) No recurso ordinário, diferentemente dos recursos extraordinários *lato sensu*, não existe fundamentação vinculada.
- e) Não é cabível a interposição de recurso ordinário em face de decisão monocrática do relator no tribunal de origem que julgou extinto o mandado de segurança.

20. Sobre a competência, marque a alternativa incorreta:

- a) Vigê no direito processual pátrio a regra da kompetenzkompetenz, segundo a qual todo juiz tem competência para, no mínimo, decidir sobre sua própria incompetência. Referida regra também é aplicável no âmbito da arbitragem.
- b) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta ou relativa.
- c) A competência territorial fixada em cláusula abusiva de eleição de foro pode ser prorrogada caso não seja alegada a abusividade na contestação.
- d) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- e) Há conflito de competência quando entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

21. Com relação à disciplina contratual prevista no CDC, considere:

I. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito ou acordo verbal.

II. São nulas de pleno direito as vantagens que restringem direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual.

III. Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se não escritas as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.

IV. Qualquer consumidor ou entidade que o represente pode requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

V. Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas terá descontada, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

22. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável:

- a) aos contratos locatícios regidos pela Lei n. 8.245/91.
- b) ao contrato de fiança bancária acessório a contrato administrativo.
- c) ao contrato de plano de saúde administrado por entidade de autogestão.
- d) às indenizações por danos morais decorrentes de extravio de bagagem e de atraso de voo internacional.
- e) às relações entre acionistas investidores e a sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no mercado de valores mobiliários.

23. Acerca da qualidade de produtos e serviços e da reparação dos danos nas relações de consumo, é correto afirmar que:

- a) o comerciante apenas será responsabilizado perante o consumidor se o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.
- b) o fornecedor de produtos e serviços deverá higienizar os equipamentos e utensílios utilizados nesse fornecimento, ou colocados à disposição do consumidor, informando, de maneira ostensiva e adequada, quando for o caso, sobre o risco de contaminação.
- c) sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informar os fornecedores a respeito.
- d) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais dar-se-á objetivamente, exceto quando não identificado o fornecedor.
- e) os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou à segurança dos consumidores em nenhuma hipótese.

24. Em 10/03/2020, Letícia foi atendida na emergência de um hospital particular conveniado ao SUS. Em razão de erro de um médico, servidor do referido hospital, ela acabou falecendo. Os pais da criança pretendem ajuizar ação de indenização por danos morais contra o médico e o hospital. Nesse caso, à luz da jurisprudência do STJ, o prazo prescricional será de:

- a) 10 anos, com base no prazo geral do art. 205 do Código Civil.
- b) 5 anos, com base no prazo prescricional do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.
- c) 5 anos, com base na Lei que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública.
- d) 3 anos, com base no prazo prescricional de reparação civil do art. 206, §3º, do Código Civil.
- e) 3 anos, com base no prazo prescricional de ressarcimento de enriquecimento sem causa do art. 206, §3º, do Código Civil.

25. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os efeitos da coisa julgada nas ações coletivas:

- a) são erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, caso envolva direitos individuais homogêneos.
- b) são ultra partes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, quando envolver direitos coletivos em sentido estrito.
- c) não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe, nos casos de direitos coletivos em sentido estrito ou direitos individuais homogêneos.
- d) não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista no código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, segundo o princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva.
- e) não podem ser aplicados à sentença penal condenatória.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. O governo federal, ao estabelecer classificação etária de determinado filme, recomendou a exibição do filme em cadeia televisiva apenas no horário entre as 00:00 e as 5:00. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta:

- a) caso uma emissora exiba o filme no horário das 20:00, ela estará sujeita a multa administrativa de vinte a cem salários mínimos de referência.
- b) a recomendação feita pelo poder público é obrigatória.
- c) a classificação feita pelo poder público é indicativa, não caracterizando dano moral indenizável a exibição do filme em horário diverso do indicado.
- d) é inconstitucional o ato que fixa a recomendação de horário, de forma que o seu descumprimento não pode ensejar qualquer sanção à emissora responsável.
- e) configura dano moral coletivo *in re ipsa* a exibição do filme em horário diverso do recomendado caso a conduta afronte gravemente os valores e interesse coletivos fundamentais.

27. Sobre a prescrição da medida socioeducativa, assinale a alternativa correta:

- a) o Estatuto da Criança e do Adolescente não trazia originariamente normas sobre a prescrição da medida socioeducativa, mas alteração legislativa promovida em 2019 trouxe disposições a respeito no próprio Estatuto.
- b) aplicada a um adolescente a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pelo prazo máximo de 6 meses, o prazo de prescrição da pretensão de executar a medida é de 3 anos.
- c) o prazo máximo de prescrição da pretensão de aplicação das medidas socioeducativas de internação é de 4 anos.
- d) no caso de aplicação de medida socioeducativa sem prazo determinado, deve-se considerar, para fins de prescrição, o período máximo de efetiva duração da medida socioeducativa, isto é, até os 21 anos de idade.
- e) em caso de reiteração na prática de ato infracional, o prazo de prescrição da pretensão de aplicação da medida socioeducativa é aumentado de um terço.

28. Sobre as alterações promovidas no Estatuto da Criança e do Adolescente em 2019, assinale a alternativa correta:

- a) A perda do cargo público por servidor público condenado por crime previsto no ECA com abuso de autoridade é condicionada à ocorrência de reincidência.
- b) Foi instituída a Semana Nacional de Prevenção de Proteção à Infância e à Adolescência no âmbito do ECA.
- c) O Estatuto após as alterações de 2019 assegura vaga no mesmo estabelecimento de ensino público aos irmãos e primos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino de educação básica.
- d) Houve extensão da vedação à viagem desacompanhada para fora da comarca de residência sem autorização judicial aos adolescentes.
- e) Restou assegurado aos membros do Conselho Tutelar a recondução por até 2 vezes mediante novos processos de escolha.

29. O *caput* do artigo 942 do Código de Processo Civil de 2015 traz a seguinte previsão: “Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.”

Sobre a aplicação dessa norma aos procedimentos referentes à aplicação de medida socioeducativa, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A previsão do artigo 942 não se aplica aos procedimentos tendentes à aplicação de medida socioeducativa uma vez que a estes processos se aplica o sistema recursal do Código de Processo Penal.
- b) A aplicação do artigo 942 é essencialmente prejudicial ao adolescente, de modo que não é possível a sua aplicação aos processos relativos a medidas socioeducativas.

c) A técnica de extensão do julgamento do artigo 942 aplica-se em qualquer caso aos processos relativos a medidas socioeducativas.

- d) Não se aplica a norma do artigo 942 do quando houver potencial prejuízo ao adolescente.
- e) Apenas no caso de voto vencido desfavorável ao adolescente é viável a extensão do julgamento prevista no artigo 942.

30. Um dos requisitos para a adoção é a diferença de idade entre adotante e adotado. Sobre o assunto, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A diferença mínima de idade entre adotante e adotado é de 18 anos, requisito que não pode ser flexibilizado.
- b) A diferença mínima de idade entre adotante e adotado é de 18 anos, requisito que pode ser flexibilizado à luz do princípio da socioafetividade.
- c) A diferença mínima de idade entre adotante e adotado é de 16 anos, requisito que não pode ser flexibilizado.
- d) A diferença mínima de idade entre adotante e adotado é de 16 anos, requisito que pode ser flexibilizado à luz do princípio da socioafetividade.
- e) A diferença mínima de idade entre adotante e adotado é de 15 anos, requisito que pode ser flexibilizado à luz do princípio da socioafetividade

DIREITO PENAL

Michael Procópio

31. Em março de 2020, Astolfo, mediante ameaça exercida com arma de fogo de uso restrito, abordou um grupo de três amigos, exigindo o celular de cada um deles, o que lhes foi entregue. Astolfo deve responder por:

- a) Crimes de roubo simples, em concurso material.
- b) Crimes de roubo majorado em dois terços, em concurso formal.
- c) Crimes de roubo majorado de um terço até metade, em concurso formal.
- d) Crimes de roubo, com pena em dobro, em concurso formal.
- e) Crimes de extorsão, em concurso material.

32. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o Direito Penal:

- a) A infração bagatelar própria está ligada ao desvalor do resultado e/ou da conduta e enseja a atipicidade material do fato; já a imprópria exige o desvalor ínfimo da culpabilidade em concurso necessário com requisitos posteriores ao fato que levam à desnecessidade da pena no caso concreto.
- b) Segundo o princípio da intranscendência da pena, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a pena de multa ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- c) O princípio da legalidade penal, do qual é corolário o princípio da reserva legal, impede o uso dos costumes e analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes.
- d) O direito penal possui natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.
- e) Conforme entendimento do STJ, o princípio da adequação social não justifica o arquivamento de inquérito policial instaurado em razão da venda de CDs e DVDs piratas.

33. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a Parte Geral do Código Penal:

- a) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- c) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- d) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um sexto até metade.
- e) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

34. Assinale a alternativa que representa um entendimento consolidado no STJ:

- a) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- b) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- c) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.
- d) O indulto extingue tanto os efeitos primários da condenação (pretensão executória), quanto os efeitos secundários, penais ou extrapenais
- e) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, caso praticada em situação de autodefesa.

35. Assinale a alternativa correta sobre o crime previsto no artigo 122 do Código Penal:

- a) A pena é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil, causa de aumento existente desde antes da alteração levada a efeito pela Lei 13.968/2019.
- b) Segundo entendimento majoritário, a tentativa não é admitida, já que o preceito secundário condiciona a pena ao resultado consistente em lesão corporal de natureza grave ou morte.
- c) Se a conduta de instigação a automutilação resulta em lesão corporal de natureza gravíssima e é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, incide o aumento de pena de um terço.
- d) A pena é aumentada até o dobro se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.
- e) O auxílio à automutilação passou a integrar o artigo 122 do Código Penal com o advento da Lei 13.968/2019, não consistindo, entretanto, em novatio legis incriminadora, já que a conduta estava prevista em outro tipo penal.

36. Analise as seguintes assertivas:

I – Para Günther Jakobs, a função da norma penal é garantir a sua própria vigência, com base no fato de o Direito Penal ser um sistema autopoietico. Por isso, caso o indivíduo seja recalcitrante e contumaz na desobediência das normas incriminadoras, deve ter um tratamento legislativo específico, diverso do cidadão comum, o que, para o professor Silva Sanchez, configura um Direito Penal de terceira velocidade.

II – Para o funcionalismo sistêmico ou radical, o bem jurídico tem função nuclear, determinando a validade das normas penais incriminadoras, que somente serão válidas na medida em que necessárias para salvaguarda de tais interesses, selecionados pelo princípio da fragmentariedade.

III – Para Roxin, a culpabilidade é imprescindível para que haja aplicação de pena ao indivíduo. Entretanto, entende que, ainda que seja pressuposto, não é condição suficiente, de modo que a finalidade preventiva da pena deve levar à exigência de sua necessidade, no caso concreto, para sua imposição. Não compactua, assim, com Von Liszt, que concebe o Direito Penal como barreira intransponível da política criminal.

IV – O funcionalismo entende que a culpabilidade é psicológica, de modo que a consciência da ilicitude deve ser atual para a configuração do crime.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

37. Conrado, recém aprovado no concurso de auditor do Estado de Goiás e com lotação já definida por ato administrativo na sua própria cidade natal, procurou empresários da cidade de Goiás/GO e exigiu um auxílio para realizar uma festa de posse com sua família, explicando que atuaria na região e, deste modo, poderia “pegar leve” com o empresariado.

Conrado pode ser condenado por:

- a) Concussão.
- b) Corrupção passiva.

- c) Extorsão.
- d) Extorsão indireta.
- e) Corrupção ativa.

38. Adamastor Pereira, prefeito de Goiatuba, realizou contratos emergenciais para enfrentar a pandemia de COVID-19. Por meio das contratações, superfaturou os valores e participou de vários esquemas, de modo que conseguiu receber ilicitamente a quantia de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). Foi investigado e restou condenado por peculato, com sentença transitada em julgado.

A respeito do caso, assinale a alternativa correta:

- a) Como usou o seu carro próprio para ir assinar os contratos, deve haver sua perda, já que se considera instrumento do crime.
- b) A perda do produto do crime depende de declaração expressa pelo juiz na sentença.
- c) Em referido caso, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- d) Por ter sido aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, há efeito automático de perda do cargo, em decorrência do *quantum* de pena imposta.
- e) Para fins do chamado confisco alargado, podem ser considerados como seu patrimônio, além dos bens de sua titularidade, aqueles transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir da sua posse no cargo público.

39. Antonio Malandrino, reincidente, foi condenado a 60 anos de reclusão por vários processos de peculato, em razão de várias condutas ilícitas praticadas no exercício das funções de servidor público, em Goiânia. Assinale a alternativa correta:

- a) Em razão do limite de 40 anos, modificado pela Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, devem os cálculos de cumprimento de pena, para fins de obtenção dos benefícios de execução penal, considerar referido montante.
- b) Se praticada falta grave por ele, o cálculo deve ser interrompido tanto para livramento condicional, quanto para progressão de regime, em razão das regras modificadas pelo Pacote Anticrime.
- c) A progressão de regime fica condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto ou ilícito praticado, mas não aos acréscimos legais, que devem ser cobrados na esfera cível.
- d) Praticada falta grave por ele, o cálculo de lapso temporal para a concessão de comutação deve ter seu prazo interrompido.
- e) Se preenchidos os requisitos subjetivos, poderá obter livramento condicional apenas após cumpridos mais de 30 anos de reclusão, em razão de ser considerada a pena total como base de cálculo para a concessão da benesse.

40. Analise as seguintes assertivas:

- I – Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal.
- II – Incide a atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea “d”, do CP apenas na chamada confissão simples. Não há atenuante, portanto, na confissão qualificada, hipótese em que o autor confessa a autoria do crime, embora alegando causa excludente de ilicitude ou culpabilidade.
- III - Há incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes no caso de admissão da posse ou propriedade, mesmo que apenas para uso próprio, dada a aceitação da chamada confissão qualificada como atenuante de pena.

Assinale a alternativa que traz a sequência correta, considerando V como verdadeira e F como falsa:

- a) V; F; V.
- b) F; V; V.

- c) F; F; V.
- d) V; F; F.
- e) V; V; V.

41. Dagoberto, famoso agiota de Itumbiara, exige de Sofia, como condição de empréstimo e abusando de sua necessidade, documentos contábeis que demonstram que ela, na condição de sócia administradora, se apropriou de contribuições previdenciárias.

Dagoberto cometeu o seguinte crime:

- a) Extorsão (art. 158 do CP).
- b) Extorsão indireta (art. 160 do CP).
- c) Estelionato.
- d) Usura.
- e) Constrangimento ilegal.

42. Assinale a alternativa incorreta sobre teoria das penas:

- a) Segundo a jurisprudência consolidada, a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas.
- b) Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal.
- c) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.
- d) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.
- e) A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto – o que for maior – o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

43. A respeito das garantias processuais, assinale a alternativa correta.

- a) o princípio da vedação à autoincriminação é corolário da ampla defesa e abrange o direito ao silêncio do acusado, o que se aplica à hipótese de atribuição de falsa identidade perante autoridade policial, afastando a tipicidade do fato.
 - b) uma das garantias que devem ser dadas ao acusado é a defesa técnica, devendo, obrigatoriamente, ser exercida por bacharel em Direito, com a competente habilitação na OAB, ou ainda por defensor público.
 - c) são inadmissíveis, em qualquer hipótese, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
 - d) é em razão do princípio da ampla defesa que o Estado não pode se portar em relação aos acusados, antes do trânsito em julgado, como se eles culpados fossem.
 - e) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, não podendo a lei limitar a presença às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.
- 44.** Assinale a alternativa correta a respeito da ação penal.
- a) a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
 - b) considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 60 dias seguidos.
 - c) a queixa contra qualquer dos agentes do crime não depende do processo de todos, podendo o ofendido optar por intentar a ação contra um ou mais autores do fato.
 - d) a denúncia ou queixa deverá conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação completa do acusado, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

e) o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

45. Serafim, ao ser abordado por autoridade policial enquanto se deslocava em via pública, atribuiu-se falsamente função pública, afirmando estar a caminho da Agência do INSS de Goiânia a trabalho. Posteriormente, descobriu-se ser Serafim responsável pelo cometimento de delito de roubo ocorrido nas proximidades, sendo promovido inquérito policial e oferecida denúncia pelo Ministério Público Estadual. Sobreveio sentença proferida pelo Juiz Estadual, condenando-o pela prática do delito de roubo e da contravenção penal de fingir ser funcionário público federal, tendo o processo transitado em julgado. Em relação ao presente caso hipotético, é correto afirmar:

- a) Serafim deveria ter sido denunciado pelo delito de usurpar o exercício de função pública previsto no artigo 328 do Código Penal e o julgamento deveria ter ocorrido na Justiça Federal.
- b) A competência para processo e julgamento era da Justiça Federal, em razão de o agente ter se intitulado como funcionário público federal, consequentemente, são nulas as decisões proferidas.
- c) A contravenção penal cometida em detrimento de interesses da União deveria ter sido objeto de processo e julgamento na Justiça Federal, com desmembramento do processo e julgamento do delito de roubo na Justiça Estadual.
- d) Apesar da competência originariamente ser da Justiça Federal para a contravenção penal, não há mais se falar em conflito de competência em razão de o processo ter transitado em julgado.
- e) A competência para processo e julgamento de ambas as infrações é da Justiça Estadual, pois a Justiça Federal não detém competência para processo e julgamento de contravenções penais.

46. No tocante ao exame de corpo de delito e perícias em geral, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

II - Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.

III - Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos presumem ter sido o fato praticado.

IV - No caso de incêndio, os peritos verificarão a causa e o lugar em que houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio, a extensão do dano e o seu valor e as demais circunstâncias que interessarem à elucidação do fato.

V - O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, desde que o faça em relação a todo o seu conteúdo.

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

47. No tocante à prova testemunhal, assinale a opção correta.

- a) A ordem de inquirição das testemunhas prevista no Código de Processo Penal (primeiro as da acusação e depois as de defesa) deve sempre ser observada, não há exceção, sob pena de configuração de nulidade.
- b) O juiz permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais; toda a narrativa deve ser considerada para efeito de julgamento.

c) Se ocorrer dúvida sobre a identidade da testemunha, o juiz procederá à verificação pelos meios ao seu alcance, podendo, entretanto, tomá-lo o depoimento desde logo.

d) O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito ou fazer consulta a anotações, mesmo que brevemente.

e) Dentre os princípios aplicáveis à produção de prova testemunhal, podem ser citadas a individualidade, subjetividade e a oralidade.

48. A respeito da prisão preventiva, assinale a alternativa correta.

a) Segundo a jurisprudência, não é cabível decretação de prisão preventiva com fundamento apenas no clamor público para restabelecimento da ordem social abalada pela gravidade do fato.

b) Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, promovendo-se, depois e necessariamente, a identificação criminal.

c) De acordo com o STF, a natureza e a quantidade da droga apreendida não são suficientes para evidenciar a gravidade concreta da conduta capaz de justificar a ordem de prisão cautelar no tráfico.

d) Será admitida prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, independentemente da pena e da existência de medidas protetivas de urgência.

e) O juiz poderá, apenas a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, sobrevier a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

49. Em relação à sentença penal, marque a opção correta.

a) Na sentença condenatória o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar.

b) Entre os efeitos da sentença penal está a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, ainda que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção não constitua fato ilícito.

c) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que, em consequência, não tenha de aplicar pena mais grave.

d) Segundo a jurisprudência, é lícito e recomendável que o Juiz, no ato de recebimento da denúncia, quando faz juízo de admissibilidade da acusação, ajuste e altere a definição jurídica dada aos fatos narrados na peça acusatória pelo Ministério Público.

e) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, ficando o processo suspenso, por disposição de lei, até que promovidas as diligências necessárias ao correto aditamento.

50. A respeito do procedimento relativo ao Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

a) A pronúncia deve indicar a materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz fundamentar a decisão com base na detida e profunda análise das provas colhidas, exaurindo teses defensivas, declarando o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificando as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.

b) Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado. Nesse caso, nada impede que seja formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova, a qualquer tempo, independentemente do prazo prescricional.

c) Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

d) Não poderá servir o jurado que tiver manifestado prévia disposição para condenar ou absolver o acusado, ou que tiver funcionado em julgamento anterior do mesmo processo, salvo a concordância da defesa.

e) Se houver desclassificação da infração para outra, de competência do juiz singular, o presidente do Tribunal do Júri deverá remeter os autos ao juízo competente.

51. Em relação às nulidades, assinale a opção correta de acordo com o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a de todos os atos subsequentes, ainda dele diretamente não dependam ou sejam consequência.

b) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

c) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade relativa e a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

d) Constitui nulidade absoluta a falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública.

e) O princípio *pas de nullité sans grief* exige a demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita o vício; segundo a jurisprudência, tem aplicação restrita às nulidades relativas.

52. A respeito dos recursos, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

- a) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.
- b) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor, ainda que a parte não tenha interesse na reforma ou modificação da decisão.
- c) Caberá apelação no prazo de 10 (dez) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.
- d) No processo penal, somente o advogado tem legitimidade para interposição de recurso, não podendo o réu fazê-lo sozinho.
- e) As apelações poderão ser interpostas apenas em relação a todo o julgado.

53. No tocante às provas, assinale a alternativa correta.

- a) É defeso ao juiz, de ofício, determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- b) A prova da alegação incumbe a quem a fizer, exceto quando, diante de motivos devidamente fundamentados após requerimento da parte, o juiz deferir a inversão do ônus probatório.
- c) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas, quando não evidenciado o nexo de causalidade com a prova originariamente ilícita, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- d) Ao juiz é permitido ordenar, desde que após iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.

e) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova, fundamentando livremente a sua decisão nas provas colhidas no decorrer da instrução processual ou nos elementos da investigação, independentemente de confirmação contraditória.

54. Em relação aos princípios aplicáveis ao Direito Processual Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Ao réu deve ser oportunizada a ampla defesa e o contraditório, tanto durante o decorrer da ação penal, quanto em sede de investigação criminal, assegurada a manifestação prévia a todas as decisões, por meio de defensor habilitado.
- b) De acordo com o princípio do juiz natural, nenhuma pessoa poderá ser processada ou julgada senão por órgão jurisdicional competente, não podendo haver alteração por conexão ou continência.
- c) O princípio da presunção de inocência impede a prisão, ainda que cautelar, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- d) O direito de presença do acusado aos atos processuais não pode ser mitigado pelo juiz, devendo o seu comparecimento ser permitido sempre que existir interesse na autodefesa.
- e) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

55. A respeito do controle de constitucionalidade, indique a alternativa correta

- a) No controle abstrato de constitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal, não se aplicam hipóteses de impedimento e nem de suspeição de Ministro, salvo por razões de foro íntimo suscitadas pelo próprio Ministro.
- b) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a perda superveniente de representação no Congresso Nacional causará a desqualificação do partido político para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.
- c) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) tem por objeto ato do Poder Público que causa ou possa causar lesão a preceito fundamental, razão pela qual admite-se a sua utilização para questionar enunciados de súmulas vinculantes.
- d) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

56. O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de um terço do Senado, para modificar o efetivo das Forças Armadas e o regime jurídico dos militares. A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, aponte a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que proposta de emenda a respeito do efetivo das Forças Armadas e do regime jurídico dos militares é de iniciativa privativa do Presidente da República.

b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.

c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.

d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.

e) A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.

57. Com relação ao poder constituinte e ao direito constitucional intertemporal, assinale a opção correta.

a) O Poder Constituinte Derivado, como poder político e não jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.

b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição. A compatibilidade formal da lei com o novo texto constitucional é irrelevante.

c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.

d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.

e) Uma emenda à Constituição Estadual requer a observância do quórum de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias.

58. A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, analise as normas constitucionais abaixo e, em seguida, aponte a alternativa correta.

I. “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (art. 5º, inciso III, da CF).

II. “Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos” (art. 230, § 2º, da CF/88).

III. “A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública” (art. 88 da CF/88).

a) As normas constantes em II e III são de eficácia limitada de princípio institutivo.

b) Apenas a norma constante no item I tem eficácia plena.

c) Todas as normas constitucionais têm eficácia contida.

d) O item II contém norma constitucional de eficácia limitada programática.

e) A normas constantes em I e II são de eficácia plena.

59. A respeito dos subsídios do Governador, do Prefeito, dos deputados estaduais e dos vereadores, indique a única assertiva correta.

a) O subsídio do Governador será fixado pela Assembleia Legislativa, por decreto legislativo, e não pode exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

b) O subsídio dos Deputados Estaduais, fixado em lei, não pode exceder setenta e cinco por cento do subsídio, em espécie, dos Deputados Federais.

c) O subsídio do Prefeito será fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o limite de setenta e cinco por cento do valor de subsídio mensal, em espécie, do Governador do Estado.

d) Considerando que o Município de São Paulo tem 12 milhões e duzentos mil habitantes, conforme estabelecido pela Constituição Federal, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

e) Conforme disposto na Constituição Federal, o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de sete por cento da receita do Município.

60. Quanto ao processo legislativo, assinale a opção correta.

a) Compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e encaminhar as leis à publicação. Caso deixe ultrapassar o prazo de quinze dias úteis e não se manifeste expressamente a respeito do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, seu silêncio implicará em sanção. Na situação, a próxima etapa será a promulgação da lei, que será feita pelo Presidente do Senado, na hipótese de o Presidente da República deixar transcorrer o prazo de 48 horas sem agir.

b) É da iniciativa privativa do Presidente da República a proposição de projeto de lei que disponha sobre matéria tributária.

c) Não se admite a votação de projeto de lei e de propostas de emenda à Constituição em comissão. Tais proposições somente poderão ser votadas no Plenário.

d) O instituto da iniciativa popular consagrado no artigo 14 da Constituição Federal só tem aplicação no processo legislativo federal e guardadas as exigências contidas no artigo 61, parágrafo 2º, da Lei Maior.

e) Compete ao Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, autorizar que o Presidente da República edite lei delegada.

61. O Tribunal de Justiça de Goiás julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Anápolis, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.

b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.

- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- e) A decisão do Tribunal de Justiça, quer seja pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade da lei municipal, por força do Princípio da Reserva de Plenário, depende da maioria absoluta do Tribunal ou de seu órgão especial.
- 62.** A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência
- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.
- 63.** A respeito da organização político-administrativa do Estado, aponte a alternativa correta.
- a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.
- b) As terras devolutas são bens da União.
- c) A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.
- d) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado.
- e) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

- 64.** União, Estados, Distrito Federal e Municípios são todos autônomos, não havendo entre eles hierarquia e nem subordinação. Assim, é vedada a intervenção de um ente na autonomia de outro, ressalvados os casos enumerados na Constituição Federal. É caso tanto de intervenção federal quanto de intervenção estadual, exceto o que se afirma em
- a) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- b) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- c) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d) prover a execução de ordem ou de decisão judicial.
- e) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos de saúde.
- 65.** A respeito dos Municípios, indique a única alternativa incorreta.
- a) O Município é autônomo e se organiza por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) O Município de Santo André tem 572 mil eleitores e elegerá, em 2020, Prefeito e Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo. Conforme definição constitucional, na eleição do Prefeito, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, haverá segundo turno de votação.
- c) Nenhum Município brasileiro poderá eleger menos do que nove e nem mais do que cinquenta e cinco vereadores.
- d) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- e) Diferente do que ocorre nos Estados e no Distrito Federal, a Constituição Federal veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

66. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indique a única alternativa incorreta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, embora seis de seus quinze membros não integrem o Poder Judiciário.
- b) Não efetuadas as indicações dos membros do CNJ no prazo legal, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.
- c) A função de Ministro-Corregedor é exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e dos servidores.
- e) O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiarão junto ao Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

67. Sobre a propaganda eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) é vedada a distribuição por candidato em campanha eleitoral de quaisquer bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor, o que não inclui bens de pouco valor, como canetas e brindes.
- b) não há vedação a propaganda eleitoral por meio de *outdoors*.
- c) admite-se a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais com a finalidade de sonorizar comício.
- d) não é vedada a realização de *lives* eleitorais.
- e) a apresentação de artista com a finalidade de animar comício é permitida desde que seja não remunerada.

68. Brasileiro naturalizado não poderá se candidatar ao cargo de:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) Deputado Federal.
- c) Senador.
- d) Governador.
- e) Prefeito.

69. Sobre o fornecimento de transporte aos eleitores residentes em zonas rurais, nos dias de eleição, assinale a alternativa correta:

- a) Os veículos e embarcações da União, inclusive militares, devem ser postos à disposição da Justiça Eleitoral para o transporte gratuito de eleitores residentes em zonas rurais nos dias de eleição.
- b) A Justiça Eleitoral deve requisitar instalações públicas onde seja possível a alimentação dos eleitores transportados das zonas rurais com antecedência de 10 dias das eleições.
- c) Apenas veículos e embarcações particulares que sejam de aluguel podem ser requisitados pela Justiça Eleitoral no caso de insuficiência dos veículos públicos para o transporte dos eleitores.
- d) O quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores deve ser divulgado pela Justiça Eleitoral com antecedência de 10 dias antes do pleito.
- e) Os órgãos públicos devem informar com 50 dias de antecedência à Justiça Eleitoral o número, a espécie e a lotação dos veículos e embarcações de sua propriedade.

70. Assinale a alternativa correta de acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior Eleitoral:

- a) Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.
- b) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com a reabilitação.
- c) O pagamento da multa eleitoral pelo candidato ou a comprovação do cumprimento regular de seu parcelamento após o pedido de registro não afasta a ausência de quitação eleitoral.
- d) O reconhecimento da prescrição da pretensão executória pela Justiça Comum afasta a inelegibilidade prevista no art. 1º, I, e, da LC nº 64/90 (*Art. 1º, I, e, da LC nº 64/90: São inelegíveis para qualquer cargo os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes [...]*).
- e) Compete à Justiça Eleitoral, em processo de registro de candidatura, verificar a prescrição da pretensão punitiva ou executória do candidato e declarar a extinção da pena imposta pela Justiça Comum.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) fundo mercantil
- e) ponto empresarial

72. A respeito da suspensão do curso da prescrição e das ações e execuções ajuizadas contra o devedor quando da decretação da falência ou do deferimento do processamento da recuperação de empresas, assinale a opção correta.

- a) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial deve ser extinta sem resolução de mérito caso o demandante tenha optado por habilitar o seu crédito na ação de recuperação judicial no período de cento e oitenta dias de suspensão previsto na legislação falimentar.
- b) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial deve permanecer suspensa pelo prazo máximo de cento e vinte dias.
- c) A extrapolação do prazo de cento e oitenta dias consiste em expediente que conduz à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo para ações de compensação de danos morais.
- d) Ação de compensação por danos morais movida contra empresa em recuperação judicial não deve permanecer suspensa até o trânsito em julgado da decisão final proferida no processo de soerguimento.
- e) Após o deferimento do processamento da recuperação judicial e o transcurso do prazo de cento e oitenta dias de suspensão previsto na legislação falimentar, deve ocorrer a manutenção indiscriminada da suspensão de todas as ações ajuizadas contra a empresa em recuperação, até o trânsito em julgado ou a extinção da ação de recuperação judicial.

73. A respeito de liquidação societária, é correto afirmar que:

- a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.
- b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.
- c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.
- d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.
- e) o liquidante poderá optar por usar ou não o termo “em liquidação” em atos e documentos da sociedade.

74. Para funcionar no Brasil, sociedade estrangeira deve:

- a) registrar seu ato constitutivo no prazo de até sessenta dias após o início de suas atividades.
- b) utilizar nome idêntico àquele empregado no país de origem, podendo acrescentar as palavras “do Brasil” ou “para o Brasil”.
- c) designar representante no país de origem, com poderes limitados a receber citação judicial em nome da sociedade.
- d) sujeitar-se às leis e aos tratados internacionais, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil.
- e) transferir sua sede para o Brasil.

75. A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.

Diante do exposto, o instituto mencionado aplica-se à Sociedade

- a) seguradora.
- b) simples.
- c) de economia mista.
- d) empresária.
- e) Nenhuma das anteriores

76. A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.

Diante do exposto, o instituto mencionado aplica-se à Sociedade

- a) seguradora.
- b) simples.
- c) de economia mista.
- d) empresária.
- e) Nenhuma das anteriores

77. Em se tratando de empresa nacional, é competente para homologar plano de recuperação extrajudicial e deferir a recuperação judicial o juízo do(a):

- a) residência dos sócios acionistas.

- b) sede da empresa do credor principal.
- c) domicílio do administrador judicial.
- d) local da realização da assembleia geral de credores.
- e) principal estabelecimento do devedor.

78. O contrato de franchising se estrutura em um modelo de negócio acentuado pela licença de uso de marca ou patente com transmissão de métodos e tecnologia necessários para a organização da atividade empresária a ser explorado pelo interessado. Sobre as disposições legais sobre o contrato de franquia, relevante modalidade de contrato empresarial, é correto afirmar que:

- a) Para a formação do contrato exige-se do franqueador fornecer uma Circular de Oferta de Franquia dez dias após a assinatura do contrato.
- b) A Circular de Oferta de Franquia deverá fazer constar as qualidades e requisitos, obrigatórios ou desejados, para o exercício da atividade.
- d) O contrato deve ser por escrito e terá validade após o efetivo registro perante cartório ou órgão público.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Nenhuma das anteriores.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

79. Sobre os impostos de competência municipal é correto afirmar:

- a) Os municípios brasileiros devem estabelecer, por meio de lei complementar, as normas gerais definidoras do fato gerador, bases de cálculo e contribuintes e do ISSQN.
- b) O ITBI é de competência Municipal, porém compete ao Estado da situação do bem a sua instituição.
- c) O ISS é um imposto municipal, dependente de lei ordinária, porém sua estrutura normativa está disciplinada no CTN, o qual foi recepcionado como lei complementar.
- d) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- e) O IPTU não poderá ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel

80. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, ainda que ele tenha sido definitivamente julgado.
- e) O Decreto do Presidente da República é fonte formal secundária.

81. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- d) O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

82. Julgue os itens a seguir:

- i) O fato gerador é instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, a cada nova operação realizada.
- ii) O fato gerador periódico ou complexivo é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário

iii) O fato gerador continuado é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência.

- a) Todas os itens estão corretos
- b) Nenhum dos itens estão corretos.
- c) Apenas os itens i e ii estão corretos.
- d) Apenas o item i está correto.
- e) apenas o item ii está correto.

83. Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) As isenções subjetivas são aquelas levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.
- b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.
- c) As isenções abrangem apenas os tributos e as infrações.
- d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
- e) As isenções sempre abarcam os tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

84. Sobre as anistias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- b) A anistia pode ser concedida em caráter geral.
- c) A anistia não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
- d) A anistia somente pode ser concedida se abarcar todo território da entidade política que a instituiu.
- e) A anistia pode ser concedida apenas às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

85. De acordo com a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

- a) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.
- b) A compensação de créditos tributários pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória, desde que haja fundamentação específica acerca da probabilidade do direito e do periculum in mora.
- c) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- d) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- e) A mera discussão judicial da dívida, sem garantia idônea ou suspensão da exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151 do CTN, não obsta a inclusão do nome do devedor no CADIN.

86. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Código Tributário Nacional, a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- b) A interposição da exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) A reclamação e o recurso administrativo possibilitam a suspensão do crédito tributário, desde que acompanhado do depósito do montante integral.
- d) A adesão a parcelamento interrompe o prazo prescricional.
- e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.

DIREITO AMBIENTAL

Luis Carlos

87. Segundo a Constituição Federal de 1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) controle da poluição
- b) águas
- c) energia
- d) populações indígenas
- e) atividades nucleares

88. Segundo o Código Florestal (Lei 12.651/2012), todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente. Para uma propriedade rural localizada na área de cerrado da Amazônia Legal, a reserva legal deve observar o percentual mínimo de:

- a) 80%
- b) 60%
- c) 45%
- d) 35%
- e) 20%

89. A responsabilidade administrativa por danos acarretados ao meio ambiente, segundo posicionamento do Superior Tribunal de Justiça é:

- a) objetiva, baseada na teoria do risco presumido.
- b) objetiva, lastreada na teoria do risco integral.
- c) objetiva, baseada na teoria do risco administrativo.
- d) subjetiva, independentemente da análise do elemento subjetivo do tipo.
- e) subjetiva, devendo ficar comprovado o dolo ou a culpa do infrator quanto ao dano perpetrado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

90. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) A autotutela administrativa é considerada um princípio onivalente, uma vez que decorre da bipolaridade do Direito Administrativo.
- b) De acordo com o STF, o princípio da proteção da confiança legítima não autoriza a manutenção em cargo público de servidor público empossado por força de decisão judicial de caráter provisório posteriormente revista, ainda que decorridos mais de cinco anos da investidura no cargo.
- c) Em obediência ao princípio da legalidade, a vedação à prática do nepotismo no âmbito da administração pública é condicionada à edição de lei formal.
- d) O princípio da continuidade do serviço público impede a interrupção do fornecimento de serviço em favor do cidadão, ainda que fundado no inadimplemento do usuário.
- e) Aos atos da Administração se confere publicidade, nos moldes do que prescreve o caput do art. 37 da Constituição Federal, sendo este proceder abrangente a todo ato que tenha efeito externo, e, por força de tal princípio, o sigilo somente se aplicará a questões de segurança nacional.

91. Relativamente à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) As pessoas jurídicas de direito privado que compõem a administração pública são instituídas para fins de desconcentração de poderes e de competências administrativas.
- b) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, exigência que, todavia, não se aplica à alienação do controle de suas subsidiárias e controladas.
- c) De acordo com a Lei de Consórcios Públicos, é nula a cláusula do contrato de consórcio que estabeleça que o ente da Federação consorciado promova, em relação ao consórcio público, a cessão de uso de bens imóveis, acessão de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos e a doação de bens móveis.

d) A constituição de um Consórcio Público demanda prévia celebração de contrato de rateio entre os entes públicos e os concessionários privados consorciados, com a definição clara das responsabilidades pelos investimentos demandados para a execução de seu objeto.

e) A criação da autarquia decorre de lei, sendo este o mesmo instrumento que deve reger sua organização, a qual promove a aprovação do regulamento ou estatuto, mediante os competentes registros públicos.

92. Em relação aos poderes administrativos, assinale a assertiva correta:

- a) O poder de polícia é dotado de exigibilidade, que confere meios indiretos para sua execução, como a aplicação de multas, e admitindo, quando previsto em lei ou para evitar danos irreparáveis ao interesse público, a executoriedade, com o uso de meios diretos de coação.
- b) Com a releitura do poder de polícia, passou a ser amplamente aceita a delegação do exercício do poder de polícia a particulares, estranhos à administração pública.
- c) Tanto a Polícia Administrativa quanto a Polícia Judiciária contemplam atividades cujo ciclo completo se dá na própria seara interna da administração, sendo ambas as atuações de funções administrativas em defesa do interesse público.
- d) O atributo da autoexecutoriedade informa que os atos decorrentes do Poder de Polícia prescindem de previsão legal que lhes assegure a adoção de medidas que tornem efetivos seus comandos à independência da atuação de outro poder da administração.
- e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a indelegabilidade do poder de polícia impede que as atividades materiais de verificação do cometimento de infrações sejam executadas por pessoas jurídicas de direito privado.

93. Acerca das licitações, sistema de registro de preços (SRP) e do regime diferenciado de contratações, assinale a alternativa correta

- a) Pelo RDC, as obras e serviços de engenharia podem ser objeto de contratação integrada, hipótese em que o próprio contratado elabora o projeto executivo e também o projeto básico.
- b) Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.
- c) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agências de propaganda.
- d) Embora a Lei nº 8.666/93 preveja hipóteses de contratação direta por meio de dispensa ou inexigibilidade, a administração pública não poderá contratar diretamente por inexigibilidade pela via do RDC porque todos os serviços que podem ser objeto do mencionado regime possuem natureza singular.
- e) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional e que invistam no desenvolvimento social do País.

94. Acerca dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta

- a) A declaração de nulidade de um contrato administrativo é dotada de efeitos retroativos, impedirá os efeitos jurídicos que ele deveria produzir, mas não desconstituirá os já produzidos, e exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado pelo período do contrato e por outros comprovados prejuízos que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- b) À Administração Pública é facultada a exigência de garantia do vencedor de certame licitatório, a qual somente pode ser exigida do licitante vencedor, a quem compete optar por uma das modalidades estabelecidas em Lei.

c) Mesmo sem previsão no edital e em cláusula contratual, seria possível à empresa contratada exigir o reajuste do valor da sua remuneração, tendo em vista que se trata de instrumento para o reequilíbrio econômico-financeiro que objetiva a recomposição do valor da moeda diante das perdas inflacionárias.

d) Os contratos administrativos, em regra, somente poderão ser reajustados após 01 (um) ano contado do início da sua vigência.

e) A multa aplicada ao contratado deverá ser descontada, preferencialmente, dos pagamentos eventualmente ainda devidos pela administração pública.

95. Acerca do processo administrativo disciplinar, responda.

a) A portaria de instauração do processo administrativo-disciplinar prescinde de minuciosa descrição dos fatos imputados, sendo certo que a exposição pormenorizada dos acontecimentos se mostra necessária somente quando do indiciamento do servidor.

b) Instaurado o competente processo administrativo-disciplinar, se houver irregularidades ocorridas durante a sindicância, haverá nulidade.

c) A autoridade administrativa não pode aplicar a pena de demissão quando em processo administrativo disciplinar é apurada a prática de ato de improbidade por servidor público, devendo ser proposta ação civil pública por improbidade administrativa.

d) Em decorrência da prática de determinado ato, quando apurada a responsabilidade criminal pelo Poder Judiciário, necessariamente resta reconhecida a prática de ilícito civil e administrativo, sendo que o inverso, qual seja, a apuração de ilícito civil e administrativo, não implica reconhecimento inerente da responsabilidade penal.

e) O prazo prescricional previsto na lei penal somente se aplica às infrações disciplinares também capituladas como crime se houver a apuração criminal da conduta do servidor por meio de inquérito ou processo penal.

96. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) e à lei anticorrupção (Lei 12.846/2013) assinale a alternativa correta

- a) No que se refere ao acordo de leniência, previsto na Lei Anticorrupção, a sua celebração afasta integralmente a multa que seria aplicável à empresa que celebrou o acordo.
- b) A Lei Anticorrupção tem como objeto a responsabilização civil e administrativa das pessoas físicas e jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, sendo que, no âmbito administrativo, a competência para a instauração e julgamento do processo poderá ser delegada.
- c) A instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas na Lei nº 12.846/13.
- d) A proposta de acordo de leniência importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado ainda que seja rejeitada.
- e) A Lei n. 12.846/2013 introduziu uma tipologia de ilícitos passíveis de serem praticados por pessoas jurídicas, que se relacionem com a administração pública, que pode redundar em responsabilização administrativa e judicial, independente da demonstração de dolo ou culpa.

97. Acerca dos bens públicos e da intervenção do Estado da propriedade privada, assinale a alternativa correta

- a) Os bens públicos dominicais, por não estarem afetados a uma finalidade específica, possuem um regime jurídico assemelhado aos bens privados, podendo haver a sua aquisição por usucapião.
- b) Terras devolutas são as áreas públicas que não são utilizadas para quaisquer finalidades públicas específicas e não integram, a qualquer título, o domínio privado e, em regra, pertencem à União.
- c) Uma das diferenças gerais entre os institutos da ocupação temporária e da requisição é que, naquele, o caráter é de onerosidade, enquanto, neste, de regra, impõe-se a gratuidade.

d) A indenização referente à cobertura vegetal, na desapropriação, deve ser calculada juntamente com o valor da terra nua, ainda que não comprovada a exploração dos recursos vegetais de forma lícita e anterior ao processo expropriatório

e) A desapropriação por utilidade pública deve ser efetivada mediante acordo ou intentada judicialmente, no prazo de cinco anos, contados da data da expedição do decreto.

DIREITO AGRÁRIO

Thiago Leite

98. Em relação à desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, assinale a alternativa correta.

- a) A competência para este tipo específico de desapropriação pertence aos Estados e ao DF.
- b) A indenização da terra nua será realizada mediante prévio e justo pagamento em títulos da dívida pública, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- c) A indenização da terra nua será realizada mediante prévio e justo pagamento em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até dez anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- d) A função social da propriedade rural é observada quando presentes, concomitantemente, os seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- e) As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em títulos da dívida agrária.

99. Quanto à política agrícola e fundiária e à reforma agrária, assinale a alternativa correta.

- a) A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional, inclusive se destinadas à reforma agrária.
- b) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 15 (quinze) anos.
- c) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, que serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
- d) A política agrícola também levará em conta o cooperativismo e a habitação para o pequeno empresário urbano.
- e) Cabe à lei ordinária federal estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação para fins de reforma agrária.

100. Quanto ao Estatuto da Terra, assinale a alternativa correta.

- a) Para incentivar a política de desenvolvimento rural, o Poder Público poderá utilizar os seguintes instrumentos: tributação progressiva da terra, Imposto de Renda, colonização pública e particular, assistência e proteção à economia rural, cooperativismo e regulamentação do uso e posse temporários da terra.
- b) Considera-se “imóvel rural” o prédio rústico, de área contínua, localizado na área rural, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.
- c) Considera-se propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, sendo vedado qualquer trabalho realizado por terceiros.

d) Considera-se minifúndio o imóvel rural de área e possibilidades inferiores a 1 hectare.

e) Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem aumentar a produtividade no campo, mesmo que para isto seja necessária uma maior concentração de terras.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-GO-25-10-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA JUIZ TJGO](#)
